



Ata da 2ª Sessão Ordinária Da 14ª Legislatura

Identificação Básica: Tipo de Sessão: Sessão Ordinária; Abertura 10/02/2025 - Início às 19:00 h e término às 20:30 h

1

Mesa Diretora: Presidente: José Alair dos Santos (Kabinho)/ PSD; Vice-Presidente: João Bento Emiliano/ PP; Primeiro Secretário: Manoel Arilto de Souza Costa Junior/ PP; Segunda Secretária: Sônia Loblein Machado/ PP.

Lista de Presença na Sessão: José Alair dos Santos (Kabinho)/ PSD; João Bento Emiliano / PP; Sônia Loblein Machado / PP; Maria Isabel Pedron Tonello / PSD; Ozéias de Oliveira / PP; Edilberto Zanandrea / PL; André Eduardo Knop de Andrade / UNIÃO BRASIL; André Figueira de Barros / PSDB; Marcos Antônio Beato Junior / PL; Renato Figueira / Novo.

Expedientes: 01. ABERTURA DA SESSÃO: Com a palavra o presidente Kabinho: invocando a proteção divina pela grandeza da Pátria Progresso de Realeza e o bem-estar da sua população declaro aberto os trabalhos da segunda sessão ordinária desse dia 10 de fevereiro de 2025. Quero agradecer a presença de todos nessa sessão, também os que nos acompanham pela rádio Aquarela e pelo Facebook. Foi feita a votação da ata que foi disponibilizada anteriormente para os nobres vereadores: Aprovada por todos.

Matérias do Expediente: O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 02, DE 03 DE FEVEREIRO DE 2025 DO PODER EXECUTIVO – Emenda à Lei Complementar nº06/2024** e dá outras providências. **JUSTIFICATIVA:** Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Mediante o presente, estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente projeto de lei que apresenta nova redação ao artigo 216 da Lei Complementar nº 06/2024. Houve a necessidade de reajustar/reduzir os valores de ISSQN para autônomos. Importante tal medida uma vez que os valores estabelecidos na antiga redação do artigo 216, havia sido estabelecido um aumento de mais de 200% em relação ao último ano. Tal aumento foi desproporcional. Deste modo, importante a redução como forma de valorização dos autônomos municipais, observando que possuímos mais de 500 (quinhentas) MEIS no Município de Realeza/PR. Para melhor compreensão dos Senhores (as), segue a redação atual do artigo 216: **Art. 216.** A prestação de serviços consistente no trabalho pessoal do próprio contribuinte será gravada por tributo fixo anual, nos seguintes valores: I - sobre serviços prestados por profissionais de nível fundamental o valor do ISSQN é de **1.000 (um mil) UFMs**; II - sobre serviços prestados por profissionais de nível médio o valor do ISSQN é de **2.000 (dois mil) UFMs**; III - sobre serviços prestados por profissionais de nível superior: **a) médico, o valor do ISSQN é de 3.500 (três mil e quinhentos) UFMs; b) advogado, engenheiro, arquiteto, veterinário, zootecnista, contador e auditor, o valor do ISSQN é de 3.000 (três mil) UFMs; c) outros profissionais, o valor do ISSQN é de 3.000 (três mil) UFMs.** § 1º A regra deste artigo aplica-se somente aos prestadores de serviços regularmente inscritos em cadastro fiscal. § 2º O ISSQN deverá ser recolhido pelos motoristas, na condição de profissional autônomo observando-se o valor definido no inciso I do caput, ou de Microempreendedor Individual - MEI conforme valores definidos no âmbito da legislação do Simples Nacional, sem prejuízo da incidência sobre os serviços prestados pelo aplicativo ou outra plataforma relativa à comunicação em rede para

André de Barros André de Andrade



intermediação entre o usuário e o motorista. § 3º A plataforma tecnológica fica obrigada a entregar à Administração Tributária, mensalmente e nos termos de regulamentação, as informações sobre os valores recebidos pela prestação do serviço para apuração do ISSQN devido. § 4º Considera-se a prestação de serviço pelo próprio contribuinte o simples fornecimento de trabalho por pessoa física em caráter pessoal, que não tenha a seu serviço mais que 02 (dois) empregados ou que não possua empregado da mesma qualificação profissional que a sua. § 5º Não se aplicando o disposto no § 4º, o contribuinte pessoa física poderá ter seu imposto calculado na forma do regime normal, com base no preço do serviço.

§ 6º O pagamento do ISSQN fixo anual, de que trata esse artigo, poderá ser dividido em até 12 (doze) parcelas mensais. Ante o exposto, requeremos a aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitando a ocasião para cumprimentá-los e colocarmos-nos a disposição para esclarecer eventuais dúvidas que por ventura venham a surgir. Atenciosamente Paulo Cezar Casaril. Prefeito Municipal. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 12, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025 DO PODER EXECUTIVO** – Revogação da Lei nº 2.198/2025 e dá outras providências; **JUSTIFICATIVA:** Senhor Presidente, Senhores Vereadores. Mediante o presente, estamos encaminhando a essa Egrégia Câmara de Vereadores, o presente projeto de lei que apresentar revogação total da Lei nº 2.198/2025. Isso porque a Lei 2.198/2025 havia estipulado apenas 05 (cinco) vagas de estágio de pós-graduação com valores diferenciados. Ocorre que apenas na secretária de educação, esta possui mais de 10 (dez) estagiários de pós-graduação, sendo que assim, com a redução das vagas de estágio de pós, diversos estudantes teriam que ser dispensados, o que atrapalharia o desempenho do retorno das aulas escolares e das escalas já estabelecidas em cada escola. Ante o exposto, requeremos a aprovação do presente Projeto de Lei, aproveitando a ocasião para cumprimentá-los e colocarmos-nos a disposição para esclarecer eventuais dúvidas que por ventura venham a surgir. Atenciosamente Paulo Cezar Casaril. Prefeito Municipal. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 13, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2025 DO PODER EXECUTIVO** – Altera a Lei Municipal nº 2.172 de 18 de junho de 2024, que institui o Programa de Incentivo as Ações de Desenvolvimento Econômico e Social de Realeza; **JUSTIFICATIVA:** O presente Projeto de Lei altera a Lei 2.172 de 18 de junho de 2024, que institui o Programa de Incentivo às Ações de Desenvolvimento Econômico e Social de Realeza, tendo como objetivo o desenvolvimento do Município por meio de ações que geram incentivos diretos a empresas, buscando contemplar o interesse público justificado na geração de emprego e renda, no incremento da receita municipal por meio de tributos próprios ou repartição dos tributos federais e estaduais, proporcionando um ambiente atrativo para investimentos e viabilizando a economia sustentável através dos setores produtivos. As alterações previstas no presente Projeto de Lei, visam realizar ajustes e correções na referida lei de Incentivo, reduzir a dubiedade de interpretações, detalhar procedimentos e orientar a equipe administrativa para as regras e operação dos incentivos previstos, bem como diversificar a oferta de incentivos, contribuindo para a competitividade do município e para a atração e fomento de empreendimentos. Diante do exposto solicito a apreciação e aprovação por esta valorosa casa de lei. Atenciosamente Paulo Cezar Casaril. Prefeito Municipal. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado fizesse a leitura do **PROJETO DE LEI Nº 04.2025 DE AUTORIA DO PODER LEGISLATIVO** – Dispõe sobre revogação da Lei Municipal 2.188/2024, que trata da fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores para os exercícios de 2025 a 2028, e dá outras



providências. **JUSTIFICATIVA:** Senhores Vereadores. Apresenta-se a presente proposição com a finalidade de revogar Lei Municipal n. 2.188/2024 que trata da fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores para os exercícios de 2025 a 2028. Em reunião realizada pelos Vereadores, restou decidido pela apresentação da presente proposta para revogação da matéria prevista na Lei Municipal 2.188/2024. Portanto, diante da relevância da proposição, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste Projeto de Lei. Realeza-PR, 03 de fevereiro de 2025. Mesa diretora. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado fizesse a leitura da **INDICAÇÃO Nº 05 DE AUTORIA DO VEREADOR OZÉIAS DE OLIVEIRA** – Para que seja feito a instalação de rede de energia elétrica no loteamento Jardim Teles. Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador Ozéias de Oliveira para fazer a justificativa da sua indicação: Senhor presidente, vereadores, vereadoras, ao presidente da ACAMSOP, Senhor Claudemir Zanco, ao assessor de comunicações Ederson, assessor jurídico Mateus, diretor Beto, presidente da Câmara Municipal de Francisco Beltrão Sidão, Senhor Zé Graudi, Dr Moreir,a canjica nosso ex-vereador aqui dessa casa Legislativa a todos que nos acompanham pelas redes sociais e também os que nos ouvem pela rádio Aquarela uma boa noite a todos. Essa indicação a qual venho propor nesta noite é para que o Executivo envie um ofício a Copel já solicitando os trabalhos visando a instalação da rede de energia elétrica nesse loteamento. Lembrando que na sessão anterior no dia 31 na segunda-feira passada eu comentei que na sexta-feira anterior no dia 31 de janeiro foi publicada a portaria assinada pelo prefeito Paulo aprovando a primeira reurb aqui em Realeza durante o mandato do Paulo, do Moacir e agora com o Dirce de Vice primeira reurb das muitas que estão aí sendo trabalhado em cima para que eles consigam a Escritura Pública. Então é uma conquista e já de antemão já entro solicitando agora a instalação da rede de energia elétrica. Foi feito isso em outros loteamentos, coisas que muitas vezes aparentemente meio que impossível, mas lembrando que essa reurb demorou 3 anos. Então 3 anos o pessoal tá com “rabicho” e puxando rede de energia emprestada um do outro correndo o risco até de muitas vezes de um incêndio, queimar os eletrodomésticos, mas sobreviveram todo esse período. Então já que a gente conquistou a aprovação da reurb nada mais justo que a gente já entre com o pedido para colocar a luz já que a luz é um direito de todos, mas muitas pessoas não têm isso ainda até nos dias de hoje, então o pedido tá aqui e o quanto antes fazer o planejamento e protocolar o pedido na Copel pra gente ver isso acontecer mais rápido possível e levar ali um pouco de dignidade às pessoas que batalharam tanto para mais à frente ainda o cartório emitir a escritura e eles terem o direito de solicitar a luz na Copel que muitas vezes a Copel nega a instalação porque o loteamento ele é irregular. Então a conquista está chegando e o trabalho para que tenha essa energia já tá sendo feito para que a gente possa lá na frente ver isso implantado no loteamento obrigado. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado que fizesse a leitura da **INDICAÇÃO Nº 06 DE AUTORIA DO VEREADOR OZEIAS DE OLIVEIRA** – Para que seja feito a rede de água no loteamento Jardim Teles. Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador Ozéias de Oliveira para fazer a justificativa da sua indicação: Essa indicação é semelhante a anterior só que esse Ofício a prefeitura tem que direcionar a Sanepar. Também diante da conquista deles para que seja colocado ali a rede de água naquele local e com isso também que venha os outros trabalhos que a gente vem lutando também como a pavimentação asfáltica naquele local e vamos parar de lutar por aquele loteamento quando vermos toda essa infraestrutura completa no



bairro, obrigado. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado que fizesse a leitura da **INDICAÇÃO Nº 07 DE AUTORIA DA VEREADORA MARIA IZABEL – Para que seja feita uma faixa elevada em frente à Escola Municipal Santo Antônio.** Presidente Kabinho deu o uso da palavra a vereadora Maria Izabel para fazer a justificativa da sua indicação: Bo noite a todos que se fazem aqui presentes, boa noite a aqueles que estão nos assistindo de casa. Então, acredito que é uma indicação simples, mas extremamente necessária que seria sobre a faixa elevada em frente à escola. Hoje isso já é uma lei obrigatória e principalmente no bairro Industrial. Claro que teria já que ter (a lombada), o ano letivo já se iniciou, então as crianças já estão circulando naquela região. Como o bairro Industrial é um bairro onde tem muitas empresas, então, além da questão do movimento da Via, tem a questão que são veículos de grande porte. Então, seria interessante, eu acredito, que o Executivo vai olhar com muita atenção para que isso seja feito o mais rápido possível para solucionar essa questão para a gente não ter que esperar uma situação grave acontecer. Claro que o melhor seria também a questão da sinalização ali na via que também eu já havia comentado, mas acredito que seria isso a questão da segurança mesmo, porque é uma questão do embarque e desembarque dos alunos e das famílias. Então, seria e esse o meu pedido mesmo. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado que fizesse a leitura da **INDICAÇÃO Nº 08 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO BEATO JUNIOR – Para que seja feito a manutenção em via pública localizada no cruzamento das Ruas Romano Zanchet com a Av. Edmundo Gaievsk.** Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador Policial Beato para fazer a justificativa da sua indicação: Boa noite Presidente, obrigado pela palavra, Boa noite colegas vereadores, a todos aqui presentes e quem nos acompanha de casa. Se trata de uma indicação simples, teoricamente, que seja encaminhada pro setor responsável da prefeitura. Simples, mas para as pessoas que moram ao redor dessa esquina, pela má conservação da via pública, buracos e algumas depressões no calçamento, está causando transtorno, principalmente pros transeuntes e aos moradores que utilizam o carro naquela região. É simples a indicação, mas é de extrema importância para aqueles moradores Presidente. O Presidente Kabinho solicitou a segunda Secretária Sônia Loblein Machado que fizesse a leitura da **INDICAÇÃO Nº 09 DE AUTORIA DO VEREADOR MARCOS ANTÔNIO BEATO JUNIOR – Que seja feita uma análise acerca do tratamento e transparência das informações entre os integrantes do CONSELHO TUTELAR junto ao departamento de finanças/RH, quando esses integrantes solicitam explicações ou orientações. Também, indico que haja um estudo e analise para que possa ajustar algum período de folga aos servidores de conselho, haja vista que conforme informações repassadas por esses, estão em sobrecarga de jornada de trabalho.** Presidente Kabinho deu o uso da palavra ao vereador Policial Beato para fazer a justificativa da sua indicação: Presidente, eu sou policial civil já há praticamente 13 anos aqui na cidade. Eu acompanho os servidores do Conselho Tutelar desde da minha chegada aqui. Trabalharam sempre com muita dedicação, muito esmero, só que no momento, mesmo na época da campanha, enfim, a gente os acompanhava e eles pediam para passar algumas informações. Agora como eleito nós fizemos outras reuniões e algumas solicitações, queixa, mas solicitações deles para que esse canal de comunicação com o pessoal da prefeitura que faz o pagamento, os demonstrativos de holerite, contracheques normalmente o funcionário questiona então eles não estão sendo bem recepcionados por esse órgão lá da do executivo. Bem como, acho que o que



5

mais tá afetando a solicitação deles é a questão da carga, jornada de trabalho, eles estão em cinco servidores, cinco integrantes do Conselho e a determinação inicial é que eles fiquem os cinco e a questão da folga, da jornada está um pouco sobrecarregada. Então, não estou determinando, não estou afirmando nada. Só estou fazendo uma indicação para que, se possível, a secretaria, o Executivo entre em contato, faça um estudo e escute os conselheiros tutelares e com isso, pela a demonstração e as informações que eles passaram, acho que é possível fazer alguma escala, alguma jornada dentro desse estudo desse aspecto que eles têm que analisar para dar uma adequada nesse ambiente de trabalho deles. Seria essa a indicação presidente.

Lista de Presença na Ordem do Dia: José Alair dos Santos (Kabinho) / PSD; João Bento Emiliano / PP; Sônia Loblein Machado / PP; Maria Isabel Pedron Tonello / PSD; Ozéias de Oliveira / PP; Edilberto Zanandrea / PL; André Eduardo Knop de Andrade / UNIÃO BRASIL; André Figueira de Barros / PSDB; Marcos Antônio Beato Junior / PL; Renato Figueira / Novo.

Matéria da Ordem do Dia: Em única discussão e votação – Requerimento nº 01 de autoria do vereador Renato Figueira - Para que seja encaminhado um Ofício para a secretaria de Recursos Humanos, requisitando informações sobre o adicional de insalubridade. O requerimento está em discussão. Passo a palavra para o vereador Renato para explicar seu requerimento: Boa noite senhor presidente, boa noite aos demais vereadores presentes, ao pessoal da ACAMSOP presente, ao Rotary, ao meu amigo Ade que está participando hoje, canjica, todo mundo. A real necessidade do pedido desse requerimento é referente a pedidos das agentes de endemia, as meninas da limpeza das escolas que estão tendo, como vou fazer uma colocação que o policial Beato acabou de colocar, tendo algumas falhas na questão do RH da prefeitura. Então, está faltando informações e para nós do primeiro mandato eu vou usar um termo muito simples aqui, vou eu também incluir no meu próximo requerimento. A gente pegou o ônibus andando, então os vereadores que estão com mais experiência, o Ozéias e o Bento, já com certeza tem uma gana ampla de conhecimento nessa área e nós precisamos se adentrar nesse conhecimento para poder dar uma resposta plausível para os que nos cobra. Então, vou só citar um exemplo senhor presidente, vou citar o Cmei Pequeno Anjo, uma só agente de limpeza como serviços gerais foi escolhida para ganhar insalubridade. Como fica as outras que trabalham? Eles tem uma demanda muito grande de funcionários lá. Então, e vou só dar um exemplo: 10 meninas dos serviços gerais só uma ganha, as outras nove vão trabalhar sabendo que uma vai ser beneficiada. Assim, eu acho que a Vereadora Maria Izabel pode me ajudar depois. Parece que todo ano muda né, uma um ano ganha o próximo ano outra menina dos serviços gerais vai ganhar. Então, essas informações que estão ficando um pouco mal explicadas para mim. Por isso que eu quero esse requerimento, ter conhecimento para poder trabalhar em cima disso para o pessoal que me cobra. Com a Palavra o vereador Maneco: Boa noite senhor presidente, boa noite colegas vereadores, boa noite ao público que aqui nos acompanha de forma presente. Passando aqui, eu sou favorável ao requerimento do Vereador Renato, mas em antemão quero dizer que isso aí já é uma luta de longa data que eu trabalho junto. Todo mundo sabe que sou motorista de saúde a 12 anos e a partir



desse mês agora desse pagamento do mês de fevereiro a Prefeitura de Realeza, através já do prefeito, nosso secretário de saúde, já vai começar a pagar a insalubridade de 40% para as agentes de saúde e para as agentes de endemias. O Ozéias também está a par de longa data que a gente tem conversa com o Executivo. Então que nem eu falei, o Vereador Renato foi procurado. Então, sou favorável ao requerimento, eu também sei das demandas que a gente é procurado como Vereador, mas pela lei que elas têm e que elas merecem isso, a partir desse mês a insalubridade de 40% já será depósito o valor na base do salário delas. Obrigado senhor presidente. Com a palavra o vereador Ozéias: Desde já sou favorável ao requerimento até para trazer e tirar algumas dúvidas a respeito dessa conquista. Isso começou o ano passado, as agentes de saúde já vêm há tempos também buscando o direito delas que é previsto e não estava bem nítido, mas agora já conversei e elas vão começar a ganhar a partir já do início do mês de fevereiro. No caso das auxiliares de serviços gerais a briga já era bem diferente, umas tinham direito porque trabalhavam na cozinha, então, por estar expostas a algum risco à saúde ganhavam 20%, os demais da categoria não tinham nada já há muito tempo e estudando aí o ano passado eu cheguei a uma súmula do TST, a súmula 448, que prevê que as auxiliares de serviços gerais que trabalham e limpam banheiros públicos têm direito a 40% não é, 10 não é 20, é 40%, tá escrito na lei, aí a gente fez a indicação aqui no plenário, defendemos essa causa, isso em fevereiro do ano passado. A licitação estava vencida senão poderia ser mais rápido, vai o processo burocrático, contrata a empresa e tudo isso foi sendo documentado, protocolo aqui, busca informação dali, pega a lcat velha não estava previsto mesmo, até tem uma cópia da lcat aqui, não tinha previsão mesmo, teria que ter a empresa para mudar esse laudo fazer o estudo e agora o estudo já deu favorável e elas terão direito aos 40%. O entendimento não cabe a nós que lutou por esse direito e essa Conquista, agora vai do Prefeito retroagir o passado e dá para uma e não dá para as outras, mas esse entendimento de quantos que vão ganhar agora depende justamente do executivo, o direito delas foi garantido e eu creio que o prefeito Paulo já vindo pro segundo mandato vai tratar isso com humanidade inclusive porque até o momento todas limpavam o banheiro e para que, pelo menos, seja reconhecido não para trás, mas daqui para frente o que foi conquistado. Então, tá aí e já a partir do mês que vem já, possivelmente, vão estar ganhando. Eu estou acompanhando, a luta ainda continua para que realmente o trabalho, o empenho de todos seja levado em consideração e que realmente elas possam ficar satisfeita com a conquista e esse revezamento talvez porque são 123 ao todo que tem no nosso plano de cargos e carreira auxiliar de serviços gerais, mas há informação de que elas vão ganhar os 40% porque a lei prevê isso e talvez as que não limpam o banheiro consigam ganhar pelo menos uma outra insalubridade por não estarem limpando o banheiro pelo menos de 20%. Essa é a luta, elas não tinham nada e foi conquistado. Isso é um trabalho que não veio de uma semana para outra faz um ano de trabalho e já está sacramentado que irão receber a partir de janeiro, basta só acertar as que vão estar limpando os banheiros que a lei é clara, tem que pagar. Obrigado Presidente. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Então também sou a favor desse requerimento. Entendi muito o que ambos falaram, então, eu estava, até pouco tempo, dentro das instituições dos CMEIS e das escolas, então, qual seria o questionamento, como eu tenho muito contato com pessoas que estão trabalhando nos serviços gerais é: Por que os benefícios serão diferentes se o concurso prestado é o mesmo, porque serviços gerais é tanto a cozinheira quanto a que está fazendo a limpeza e a gente sabe que há um revezamento porque faltou alguém na



7

cozinha a que limpa o banheiro vai naquele lugar, então, fora que tem a questão da mudança de instituição, por exemplo, tem alguém que tirou licença então a que limpava vai ter que ir lá e vai ter que ir na cozinha. Então, não existe muito só quem limpa, limpa e só quem cozinha, cozinha. Aí o que acontece, muitas que estão na cozinha estavam na limpeza há pouco tempo e aí outra questão que me foi questionada a respeito dessa situação foi: numa creche existem duas serviços gerais que fazem a limpeza do banheiro que daí seria a insolubilidade, que seria pago os 40% e a periculosidade que é paga as que estão dentro da cozinha que seria os 20%. Então, dito isso na creche que tem cinco por exemplo funcionárias vai ser feito um sorteio, o qual uma vai receber, acho que seria 6 meses, não sei qual seria o período, é 6 meses né, a outra vai receber depois de 6 meses a outra vai receber então daqui 2 anos e a gente sabe que tem essa mudança de instituição para instituição, então, Digamos que nessa que tem cinco por exemplo, essa funcionária foi remanejada para outra instituição, será que vai ter esse acompanhamento, essa fiscalização para entender isso tudo. Então, isso que me foi questionado. E naquela instituição que tem uma por exemplo ou duas ela vai receber todo ano. Então, essa que foi a questão, enquanto uma vai esperar dois anos para receber a outra vai receber o ano todo, então, eu não sei, para mim também não ficou claro eu valorizo muito o serviços gerais, as meninas que estão na cozinha, hoje essa semana até a nossa merenda escolar foi inclusive premiada no nosso município, as meninas estão de parabéns e a gente que tá lá dentro a gente vê o trabalho, então, a pessoa que tá fazendo alimentação e a que tá tanto limpando o banheiro eu acho que as duas correm os mesmos riscos, até porque quando uma falta é a outra que tá lá para desenvolver o trabalho. Acho que seria isso obrigada. Com a palavra o vereador Renato: Seria essa colocação mesmo, perfeita da vereadora Maria Izabel, que são dúvidas, não é questão se foi votado há um ano atrás ou não, é questão de dúvidas a ser sanadas que nos vem todo dia. Mérito do vereador Ozéias que correu, batalhou e conseguiu, então, já fica claro para todas as meninas, todas as escolas Cmeis que, a partir de março, vereador Ozéias, afirmado aqui em plenário, que o prefeito tem esse compromisso com vocês, todas as meninas. A gente vai sim agora votar esse requerimento e se vier as informações a gente vai levar para vocês e tentar entender o porquê o merecimento de uma, espera da outra né, então, é essa a questão. Obrigado senhor presidente. Com a palavra o Vereador Ozéias: Presidente, só para deixar bem claro, a luta foi para que todos ganhassem, então, se tá havendo um diferenciamento não partiu de mim que lutei para que todas fossem valorizadas. Obrigado. Com a palavra o presidente Kabinho: O requerimento está em votação. Vereadores e vereadoras registrem os seus votos: Aprovado por todos. **Em única discussão e votação – Requerimento nº 02 de autoria do vereador Renato Figueira** - Para que seja encaminhado um Ofício para o Executivo Municipal, requisitando informações sobre o Hospital Nossa Senhora Aparecida Dr. Eunidio Maximiliano. O requerimento está em discussão. Passo a palavra para o vereador Renato para defender seu requerimento: Senhor presidente, a necessidade desse requerimento é como eu na minha primeira fala eu pautei aqui que nós pegamos o ônibus andando, para simplificar para o pessoal que está em casa, os vereadores mais velhos estão bem mais a par de como funcionou os trâmites licitatórios, empresas, questão de compra de equipamentos. Só que tem muitas coisas, muitas perguntas que para mim, novo no mandato, eu preciso sanar, então, a questão desse requerimento é até mais para mim poder estar me municiando de informações para que se cobrado pelo povo eu ter as respostas coerentes. Só simplificar uma das importâncias desse



requerimento, por exemplo, a gente tem o hospital que vai ser inaugurado próximo dia 21, a gente tem equipamentos de primeiro mundo, então, temos um gerador que foi comprado. São coisas simples, mas eu preciso saber qual é a garantia desse equipamento, qual empresa vendeu, quanto tempo de garantia tem se caso a gente, espero que não dê problema, mas se vir dar algum problema a gente precisa estar municiado de informações sensatas e até mesmo para poder fiscalizar a obra, questão de empresas que prestaram serviço, as que cumpriram com o seu prazo licitatório e se ficou alguma coisa pendente ou não, a gente espera que não. É o nosso papel de vereador fiscalizar e esse requerimento aí me traz segurança para poder enfrentar esses 4 anos e fiscalizar bem essas demandas que o povo nos cobra. Com a palavra o vereador Beato: Obrigado novamente, Presidente. O hospital é uma obra volumosa na cidade, né? Já faz uns bons anos que está em construção. É uma obra que está em evidência e de extrema importância. No dia 21, se Deus quiser, a operação vai começar; no dia 24, haverá a inauguração. Ratificando a fala do colega Renato, uma das funções do vereador é fiscalizar. De fato, os dados solicitados no requerimento do colega são de extrema importância para a devida análise e para uma eventual fiscalização correta. Volto a destacar o volume da obra, seu tamanho, sua dimensão e a grande expectativa em torno dela. Por isso, corroborei e apoiei essa demanda, até mesmo para uma análise coletiva dos colegas aqui. Obrigado, Presidente. O requerimento está em votação. Vereadores e vereadoras registrem os seus votos: Aprovado por todos. **Em 1º turno - Projeto de Lei nº 010.2025 de autoria do poder executivo** - Institui e atualiza os valores do auxílio moradia e auxílio alimentação para os médicos integrantes do Programa mais médicos do governo federal, no âmbito do município de Realeza/PR e dá outras providências. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de DUAS laudas, pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado, desde que a proposta também obtenha parecer favorável das comissões permanentes e posteriormente do plenário desta casa. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. Este é o nosso Parecer, Realeza, 17 de janeiro de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Procurador Legislativo. **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Com a palavra o vereador Renato Figueira: Gostaria de ressaltar algo importante, que, embora seja uma questão de opinião individual de cada vereador, no meu entendimento, é lógico que precisamos ter uma contrapartida do município. O Executivo deve fazer cálculos financeiros coerentes, mas acredito que o valor que está sendo votado ainda é baixo diante da responsabilidade que os médicos têm dentro do município. O programa Mais Médicos nos beneficia, e temos a vereadora Sônia que pode confirmar: são quatro médicos atuando no município de Realeza, auxiliando-nos significativamente. Estive conversando com alguns administradores de cidades vizinhas e, de forma geral, a maioria dos municípios estabelece um teto de R\$ 3.500 para o auxílio-moradia. Dessa forma, corremos um grande risco de perder médicos por essa questão. Sei que o município também enfrenta limitações, mas, no meu ponto de vista, no futuro próximo, precisamos trabalhar para aumentar esse teto e garantir a permanência dos médicos



designados para nossa cidade. Obrigado. Com a palavra o Presidente Kabinho: Vereadores e vereadoras registrem os seus votos. Votação encerrada. **Aprovado em 1º turno por unanimidade. Em 1º Turno - Projeto de Lei nº 11/2025 do poder executivo** – Instituiu o DEC – Domicílio Eletrônico do Contribuinte para a comunicação eletrônica entre o Município de Realeza e do sujeito passivo. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de TRÊS LAUDAS a POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado, desde que a observação apontada (falta de impacto orçamentário-financeiro) seja superada pelas Comissões Permanentes e Plenário desta Casa Legislativa. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, já que a decisão das Comissões e o voto dos parlamentares são soberanos. Este é o nosso Parecer, Realeza, 17 de janeiro de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Com a palavra o vereador Ozéias de Oliveira: Este Projeto de Lei nº 11 institui o Domicílio Eletrônico do Contribuinte, permitindo que o município de Realeza faça a comunicação eletrônica dos serviços prestados, principalmente pelo setor de tributação. Atualmente, há uma grande dificuldade em informar o contribuinte sobre algumas obrigações, o que, muitas vezes, faz com que ele deixe de cumpri-las por desconhecimento. Um exemplo disso é a situação de muitas pessoas que, ao receberem uma cobrança extrajudicial, se surpreendem: *“Mas nunca me avisaram que eu estava devendo! Minha empresa parou de funcionar há quatro anos, e nunca fui comunicado”*. Muitas vezes, não se consegue localizar o contribuinte, e as taxas, como alvará e ISS fixo, continuam sendo cobradas. Isso gera despesas, juros, correções monetárias e multas. No fim das contas, o contribuinte se vê com uma dívida elevada. Desde a implantação da cobrança extrajudicial, praticamente no final do ano passado, foi possível identificar muitas dessas situações. Antes disso, os débitos se acumulavam por quatro anos e, de repente, a pessoa recebia um oficial de justiça na porta de casa, cobrando R\$ 10.000 ou R\$ 15.000 do município. Além da dívida, o contribuinte ainda precisava contratar advogado e pagar custas processuais, tudo por falta de uma comunicação eficiente. O Domicílio Eletrônico do Contribuinte será obrigatório para empresas e para pessoas físicas que utilizam determinados serviços, como os autônomos. Para o contribuinte do IPTU, a adesão será facultativa. No entanto, vejo que, no futuro, essa ferramenta poderá ser utilizada para muitos outros serviços, até mesmo na área da saúde, pois permitirá a criação de um cadastro organizado dos cidadãos. Para acessar o sistema, o usuário precisará criar um login, fazer um cadastro e gerar uma senha ou utilizar um token de acesso. Tudo será feito com sigilo, e as informações serão lançadas automaticamente. Por exemplo, a emissão de alvarás será enviada diretamente às empresas e contadores, evitando alegações de falta de aviso. Quem não aderir ao sistema provavelmente terá que cumprir algumas previsões legais específicas. Esse é um grande avanço que o município está dando para tornar a tributação mais eficiente e levar informação ao contribuinte. Afinal, quando uma obrigação não é cumprida, o maior prejudicado acaba sendo o próprio cidadão. Esse projeto facilita a vida de todos e moderniza a gestão pública. Além

André de Andrade

André de Barros



disso, outro projeto já está sendo encaminhado para reduzir as taxas de lançamento, que ficaram elevadas após a votação do Código Tributário. Esse ajuste é necessário para corrigir distorções, sempre pensando no município e, principalmente, no contribuinte. Por isso, peço o apoio de todos para que Realeza dê esse importante passo na informatização do setor tributário. Muito obrigado. Com a palavra o vereador Zanandrea: Acho muito interessante, senhor presidente e colegas, que esse sistema seja instalado, e não apenas nessa área. Na saúde, por exemplo, ele já está sendo implementado, e eu gostaria de vê-lo expandido para outros setores. Seria muito útil, por exemplo, que esse programa também fosse implantado no parque de máquinas e no setor da agricultura. Assim, o contribuinte poderia ser informado com antecedência sobre a programação dos serviços. Imagine uma situação como esta: na lavoura do vereador André, a máquina está programada para chegar e arrumar a base larga da propriedade. No entanto, muitas vezes ele não está em casa e não recebe o aviso. A máquina chega, não encontra ninguém e precisa retornar, causando atrasos e desperdício de recursos. Já acompanhei esse tipo de situação várias vezes. Por isso, vereador Oséias e demais colegas, seria interessante que, ao longo do tempo, trabalhássemos para levar essas informações também a outros setores, e não apenas àquele que foi inicialmente mencionado. Muito obrigado. Com a palavra o presidente Kabinho: Vereadores e vereadoras registrem os seus votos. Votação encerrada.

Aprovado em 1º turno por unanimidade. Em 1º turno - Projeto de Lei nº 02/2025 de autoria do poder legislativo – Dispõe sobre revogação da Lei Municipal 2.146/2024, que trata de autorização para a filiação e contribuição mensal da Câmara Municipal de Vereadores de Realeza à Associação das Câmaras Municipais do Sudoeste do Paraná – ACAMSOP, e dá outras providências. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, tendo em vista as observações realizadas e transcritas no parecer, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de duas laudas, pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, já que a decisão das Comissões e o voto dos Parlamentares são soberanos. Este é o nosso Parecer, Realeza, 17 de janeiro de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Procurador Legislativo.

Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira: O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Com a palavra o vereador Bento: Cumprimento o presidente, os demais vereadores e vereadoras, nossos colegas da ACAMSOP de Beltrão, o presidente que veio de Pato Branco de longe, Dr. Canjica, senhor José Geralde e todos os demais presentes. Eu vou votar contra, ou seja, vou votar *não*, porque acredito que essa associação, durante o ano em que fui presidente desta Casa de Leis, sempre me atendeu muito bem. Sempre que precisei de um suporte jurídico, contamos com o Dr. Lucas, um profissional extremamente competente. Mas, se temos uma entidade, devemos usufruir dela. Estive duas vezes com a equipe da ACAMSOP em Curitiba tratando de assuntos do município. Hoje, venho pedir aos nossos vereadores — cada um tem sua decisão e vota com sua consciência — que mantenhamos a associação da ACAMSOP. O valor investido não é absurdo, e, com certeza, essa entidade trará benefícios. Nossa vereadora Maria, por exemplo, já está planejando diversos cursos.

André de Andrade

Oséias de Oliveira



Está apenas no início, mas, com certeza, terá um grande apoio da ACAMSOP. Por isso, peço aos colegas vereadores que votem contra a revogação do projeto. Passo a palavra ao vereador Ozéias: Gostaria também de agradecer a vinda do presidente da ACAMSOP, Claudemir Zanco, dos demais integrantes da ACAMSOP e do presidente da Câmara de Francisco Beltrão, Sidão. A luta de vocês por essa entidade é muito importante. Desde 2017, acompanho essa trajetória. No início, o município era filiado, depois acabou se desfiliando por um período. No mandato do Bento, em 2020, retornamos à entidade. Pelo que foi falado, os trabalhos são bem organizados, e é essencial termos essa representação. Ter uma entidade forte e unida dá mais representatividade ao nosso município. Mesmo com toda a estrutura que temos aqui, há situações de maior complexidade em que o apoio de vocês se torna fundamental. Desde já, agradeço a presença de todos, a luta para manter a ACAMSOP ativa e a dedicação de vocês. Hoje, estamos votando para manter essa entidade viva e atuante. Muito obrigado. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Reforçando o que o Bento falou, acredito que tudo o que contribui para a nossa formação não deve ser visto como um gasto, mas sim como um investimento. Por isso, votarei *não* à revogação. Além disso, como sou nova aqui e estou apenas começando, vejo essa situação como alguém que "pegou o barco andando". No entanto, isso não significa que devemos seguir exatamente do jeito que está. Podemos parar, analisar e, se necessário, fazer ajustes. Conversei com algumas pessoas que estiveram envolvidas nos últimos quatro anos, e, como foi mencionado, houve uma pausa na atuação da ACAMSOP. Talvez tenham ocorrido falhas, sim, mas também é importante considerar os benefícios. Apesar de estar iniciando minha trajetória, trago uma experiência próxima: meu pai esteve nesta Câmara Municipal por quatro anos e sempre destacou a importância da ACAMSOP na formação dos vereadores. Ele mencionou, por exemplo, os cursos de oratória, que foram extremamente úteis para ele. Hoje, olhando para essa questão, vejo que, para uma Câmara Municipal, o valor investido é simbólico quando comparado a outras despesas. Afinal, estamos falando de capacitação para nós, vereadores, algo essencial para o bom desempenho da nossa função. Esse é o meu posicionamento. Com a palavra o vereador Renato Figueira: Respeitosamente, cumprimento a direção da ACAMSOP, que está presente hoje. Tenho um pensamento construtivo e entendo a importância da ACAMSOP na formação de lideranças nas Câmaras de Vereadores do Sudoeste do Paraná. No entanto, não posso deixar de expressar minha opinião sobre essa questão. Compreendo que o momento financeiro de muitas Câmaras de Vereadores é delicado. O senhor presidente me informou que o valor investido é de R\$ 7.000 por ano. Em um mandato de quatro anos, isso totaliza R\$ 28.000 destinados à associação. Reconheço que os cursos oferecidos são importantes, mas acredito que não podemos terceirizar para uma associação de vereadores certas obrigações que, muitas vezes, cabem aos partidos políticos. Por exemplo, no meu caso, faço parte do Partido Novo, e ele me oferece toda a assistência necessária em termos de capacitação. Recentemente, concluí um curso de gestão de gabinete, além de outros cursos relevantes. Infelizmente, muitos partidos só lembram dos vereadores na época da campanha para deputado ou presidente, deixando de oferecer esse suporte essencial. Quero deixar claro que não estou sendo a "ovelha negra" da discussão. Apenas estou repassando as informações para que a população tenha conhecimento de que serão R\$ 28.000 destinados à ACAMSOP ao longo do meu mandato. Espero poder aproveitar os cursos oferecidos e já acompanhei que alguns deles são pagos. Por isso, aguardo ansiosamente aqueles que



serão gratuitos, pois quero participar e estar presente, mas não tenho condições de pagar R\$ 800 por um curso, além dos custos com alimentação e hospedagem. Essa é minha opinião. No entanto, compreendo que há diferentes posicionamentos e respeito a decisão da maioria. Acredito que, se a maioria entende que isso trará benefícios para a Câmara, devo votar a favor da continuidade da associação. Afinal, neste primeiro ano do meu mandato, posso ser favorecido de alguma forma. Porém, se ao final do meu mandato eu perceber que essa associação não trouxe benefícios concretos, apenas despesas, terei uma avaliação diferente. Quero cursos acessíveis, não apenas cursos pagos. Apenas reforço à população que há um custo envolvido e que nada disso será gratuito. Dito isso, votarei a favor da continuidade da associação. Muito obrigado. Com a palavra o presidente Kabinho: só uma correção. É R\$ 750,00 por mês, dá R\$ 9.000 por ano que é R\$ 36.000. Foi falado várias. Com a palavra o vereador Zanandrea: Quero agradecer ao pessoal da ACAMSOP por terem disponibilizado seu tempo para vir aqui nos trazer as devidas explicações. Muitos dizem que aqui só funciona o meu voto *não*, e hoje não será diferente. Vou votar *não* para o cancelamento da associação. Renato, você mencionou os cursos oferecidos, e, até agora, não tivemos acesso a nada. Então, vamos aproveitar o pessoal da ACAMSOP, já que eles informaram que haverá alguns cursos gratuitos também. Além disso, não precisamos pagar pelos quatro anos de imediato. Podemos pagar por um ano e, se entendermos que não trouxe resultados ou benefícios, podemos cancelar. Por isso, voto a favor da continuidade da associação da ACAMSOP. Obrigado, senhor presidente. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Então, só para concluir, acredito que essa é uma experiência válida. Aqui temos muitas pessoas novas, e é preciso vivenciar essa experiência para poder avaliar se foi proveitosa ou não. Somente passando por isso, *sentindo na pele*, é que saberemos realmente o seu valor. Sabemos que existem outros cursos gratuitos, claro, mas acredito que todo conhecimento vem para agregar. Você pode fazer um curso gratuito ou um curso pago, e talvez um seja melhor que o outro — ou talvez não. Mas, como eu disse, o mais importante é agregar conhecimento. Seria isso. Com a palavra o vereador Kabinho: Só avisando que quem votar SIM será revogada a lei e quem votar NÃO não será revogada e lei, vereadores e vereadoras registrem os seus votos. Votação encerrada. **Aprovado em 1º turno por 8 votos a favor e 1 contra (Renato Figueira). Em 1º turno - Projeto de Lei nº 03/2025 de autoria do poder legislativo – Dispõe sobre alteração a lei municipal 1992/2022 que trata do vale alimentação dos servidores do Poder Legislativo, e dá outras providências. Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de DUAS laudas pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado, desde que a proposta também obtenha parecer favorável das comissões permanentes e posteriormente do plenário desta casa. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. Este é o nosso Parecer, Realeza, 17 de janeiro de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Procurador Legislativo. **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Sem inscritos na Discussão. **Aprovado em 1º turno por unanimidade. Em 1º turno - Projeto de Lei nº 04/2025 de autoria do poder legislativo – Dispõe sobre**



revogação da Lei Municipal 2.188/2024, que trata da fixação dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e Vereadores para os exercícios de 2025 a 2028, e dá outras providências. **Parecer da Procuradoria Legislativa:** Diante do exposto, tendo em vista as observações realizadas e transcritas no parecer, a Procuradoria Jurídica OPINA em parecer de três laudas, pela POSSIBILIDADE JURÍDICA da tramitação, discussão e votação do projeto de lei ora examinado. A emissão de parecer por esta Procuradoria Jurídica não substitui o parecer das Comissões Permanentes, assim, a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa, já que a decisão das Comissões e o voto dos Parlamentares são soberanos. Este é o nosso Parecer, Realeza, 17 de janeiro de 2025. LUCAS ZIMMER. Procurador Legislativo. Procurador Legislativo. **Solicito o parecer final da comissão de finanças e orçamentos ao presidente Ozéias de Oliveira:** O parecer é pela viabilidade do projeto. **Solicito o parecer da comissão de justiça e redação ao presidente João Bento Emiliano:** O Parecer é pela viabilidade do projeto. Passamos para a Discussão. Com a palavra os senhores vereadores. Vereador Beato: Sobre essa possível revogação, embora eu entenda e considere extremamente importante a atualização da remuneração de todos os servidores, inclusive dos vereadores, também reconheço que a atuação dos vereadores é essencial para o ambiente político e até administrativo do município. Um vereador que trabalha, se dedica e compreende suas atribuições deve ser bem remunerado. Portanto, em um momento oportuno, acredito que devemos repensar uma remuneração justa e atualizada, considerando a instabilidade econômica e a inflação. No entanto, a votação de hoje trata da revogação de uma lei que foi aprovada fora dos ditames legais, conforme a orientação do próprio Ministério Público e uma possível ação judicial. Como sempre pautei minha vida dentro da legalidade e, como policial, segui rigorosamente o ordenamento jurídico, devo seguir a orientação, determinação ou até mesmo o conselho do Ministério Público. O órgão já indicou quais foram os pontos legais que não foram atendidos nessa lei, e, por isso, entendo que a revogação é necessária. Ainda assim, reforço que, para um ambiente político saudável, onde todos os vereadores se dediquem e trabalhem com seriedade, a atualização da remuneração deve ser debatida no momento adequado e dentro dos parâmetros legais. Seria isso, senhor presidente. Com a palavra o vereador Renato Figueira: Senhor presidente, quero deixar bem claro que não sou contra qualquer tipo de reajuste salarial, seja para servidores, prefeito, vereadores ou secretários. No entanto, quando algo é pautado em uma irregularidade, precisamos considerar que, se há uma lei federal, o município não pode se sobrepor ao Estado, muito menos à União. A verdade é que essa votação ocorreu de forma irregular. Fico surpreso, pois, certa vez, um vereador disse em plenário que ser vereador para indicar quebra-molas é fácil, mas ser um vereador que legisla com base na lei é mais difícil. E, de fato, nesta situação específica, a decisão foi tomada por uma mesa diretora de um mandato anterior, o que me deixa apreensivo ao trazer esse tema para o plenário. Isso porque sabemos que, muitas vezes, declarações podem gerar perseguições pessoais. Ainda assim, afirmo com convicção que, se eu fosse vereador naquela época, teria votado contra. Não ignoraria um parecer jurídico de um advogado. Se o parecer diz que algo não é favorável, não posso simplesmente desconsiderar a lei, construir um muro entre mim e a legislação e votar em algo que sei ser ilegal. Portanto, para deixar claro aos moradores e eleitores da cidade de Realeza: sou favorável à diminuição dos salários do prefeito, vice-prefeito, secretários e vereadores, desde que isso esteja pautado na lei e na justiça. Se a lei foi

Handwritten notes in blue ink on the right margin:
A
B
C
D
E
F
G
H
I
J
K
L
M
N
O
P
Q
R
S
T
U
V
W
X
Y
Z

Handwritten signatures in blue ink on the left margin:
[Signature 1]
[Signature 2]

Handwritten signature in blue ink:
[Signature]

Handwritten signature in blue ink:
André de Andrade

Handwritten signature in blue ink:
Cristina De Barros



votada de forma irregular, ela precisa ser revogada e sancionada corretamente. E, em um futuro próximo — provavelmente apenas daqui a quatro anos —, poderemos discutir possíveis reajustes dentro do tempo fiscal correto e de acordo com as determinações da justiça. É isso, senhor presidente. Obrigado. Com a palavra o vereador Kabinho: Eu quero registrar aqui a ausência do vereador e primeiro-secretário desta Casa, Manoel Arilto de Souza Costa Júnior, que não pôde comparecer por motivos particulares. No entanto, quero deixar claro o seu posicionamento favorável ao Projeto de Lei nº 4, de autoria do Poder Legislativo, que dispõe sobre a revogação da Lei Municipal nº 2188/2024. Essa lei trata da fixação do subsídio do prefeito, vice-prefeito, secretários municipais e vereadores para o exercício de 2025 a 2028, além de outras providências. O posicionamento do vereador segue a recomendação do Ministério Público. Ressalto que esse registro não tem força de voto, pois nossa Lei Orgânica não permite essa possibilidade. Ele está apenas manifestando seu parecer, mas o que realmente vale como voto é a decisão dos vereadores presentes no plenário. Vereadores e vereadoras registrem seus votos: **projeto aprovado em 1º turno por unanimidade**. Hoje, temos inscrito na Tribuna Livre o presidente da Associação Amigos da Saúde, senhor José Fernandes Guiraldi, que fará uso da palavra para uma explanação sobre a associação. Ele foi eleito na semana passada e terá até 10 minutos, conforme o nosso Regimento Interno. Com a palavra o Sr. José Fernandes Guiraldi: Boa noite, nobres vereadores. Boa noite a todos os presentes. Gostaria de agradecer a oportunidade de falar sobre o que é a Associação Amigos da Saúde de Realeza. Essa associação foi criada logo após o incêndio do nosso único hospital na cidade. A intenção era auxiliar o poder público na viabilização da construção de um novo hospital, seja ele um hospital completo, um hospital-dia ou um centro de atendimento. Esse era um dos objetivos iniciais, mas a associação também tem outras finalidades. Gostaria de ler para que todos os vereadores que ainda não conhecem possam entender como funciona a Associação Amigos da Saúde. Trata-se de uma associação civil, fundada em 14 de agosto de 2017, sem fins econômicos e com fins filantrópicos, regida por estatuto consolidado e pelas disposições legais aplicáveis. Objetivos da Associação: O Artigo 2º estabelece que a associação tem sede e foro na cidade de Realeza, situada provisoriamente na Avenida Bruno, nº 3405, sala 202, Centro. O Artigo 3º define sua missão: promover gratuitamente assistência à saúde, dentro dos preceitos éticos e legais, visando sempre o benefício da comunidade. Além disso, a associação busca apoiar a instalação de hospitais ou centros de atendimento, conforme a necessidade, e cooperar com políticas públicas para: Prestar serviços de excelência, melhorando a qualidade de vida da população por meio de atividades sem fins lucrativos; Promover programas nos âmbitos nacional, estadual e municipal, voltados à saúde e assistência social; Apoiar o desenvolvimento de iniciativas na área da saúde, sempre com foco no atendimento essencial à população; Buscar cooperação técnica com outras entidades, ampliando as possibilidades de assistência à população. Caso seja instalado um hospital privado, a Associação Amigos da Saúde estará à disposição para auxiliar na administração da instituição. Além disso, prestará apoio social a pacientes e familiares, com serviços de assistência social, principalmente para idosos, crianças e pessoas em situação de vulnerabilidade, sempre sem fins lucrativos. Histórico da Associação. No início, a associação teve um número significativo de associados e realizou diversas ações. No entanto, durante a gestão passada, houve uma interpretação equivocada por parte do Poder Executivo, que entendeu que a associação poderia ter interesses políticos. Para



evitar conflitos, nos afastamos. Depois, veio a pandemia, e as atividades ficaram paralisadas. Agora, com a construção do novo hospital, que será um grande avanço para a cidade, a associação quer retomar suas ações para contribuir com a municipalidade. Projetos e Propostas Atualmente, temos alguns projetos em andamento: Sistema de energia solar fotovoltaica para o hospital; Fizemos um orçamento com um engenheiro elétrico da cidade e já temos um projeto elaborado; Com apoio da Câmara, do Executivo Municipal e de outras entidades, podemos buscar recursos para viabilizar esse projeto; A economia estimada com essa instalação seria de aproximadamente R\$ 62.000,00 por ano, reduzindo custos operacionais; Perfuração de um poço artesiano; Para um hospital de 30 leitos, o consumo estimado é de 15.000 litros de água por dia; O custo atual com água seria de R\$ 5.550,00 mensais, mas, com um poço artesiano, essa despesa cairia para R\$ 2.550,00; Isso representaria uma economia anual de R\$ 36.000,00; Além desses projetos administrativos, a associação já assumiu o compromisso de realizar um projeto lúdico na enfermaria pediátrica, com pinturas artísticas para alegrar as crianças internadas. Esse projeto será feito antes da inauguração do hospital, sem necessidade de recursos externos. Novos Projetos em Discussão. Atendimento especializado para autistas: Estamos elaborando um pré-projeto para oferecer atendimento multidisciplinar durante um ano; pretendemos discutir essa proposta com o Secretário de Saúde, a Primeira-Dama e o Prefeito; Apoio à terceira idade na área de audição; sabemos que o SUS fornece aparelhos auditivos, mas há grande demanda e longa fila de espera; A ideia é criar um projeto para agilizar a distribuição desses aparelhos. Parceria com a Câmara. A Associação Amigos da Saúde já foi reconhecida como entidade de utilidade pública pela Câmara de Vereadores em 2019. Contamos com o apoio dos nobres vereadores para seguir contribuindo para a saúde do município. Agradeço a oportunidade e a atenção de todos. Também quero agradecer pela cessão deste espaço para realizarmos nossa Assembleia, já que assumimos a nova diretoria há apenas uma semana. **Considerações Finais.** O presidente da câmara concedeu 1 minuto para cada vereador para considerações finais. Com a palavra o vereador Renato Figueira: Quero saudar o nobre amigo que veio nos trazer essas informações tão importantes para o município. Tenho vários projetos sociais dentro da comunidade, então compreendo a importância e a grandeza do trabalho que estão realizando. Coloco-me à disposição, como vereador, para ajudar no que for necessário e, também, como voluntário. No dia da pintura, caso precisem, estarei disponível para auxiliar vocês. Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço a todos pela noite. Obrigado. Com a palavra o vereador Beato: Obrigado, Senhor Presidente. Agradeço pela presença e pelas informações que o senhor nos trouxe. Falando sobre o hospital e a estrutura que o senhor mencionou, como o poço artesiano e as placas solares, isso me lembra um requerimento do vereador Renato sobre informações a respeito do hospital. Esse requerimento trata justamente disso: licitação, projeto técnico, projeto executivo, gastos e aditivos. Estamos em 2025, e acredito que um projeto desse porte já deveria ter sido planejado anteriormente, incluindo placas solares, cisterna, captação de água e autossustentabilidade. Hoje, esse é um tema amplamente discutido. O senhor trouxe uma questão muito pertinente, e é admirável que uma associação esteja lutando para ajudar, mesmo tendo sofrido discriminação, talvez por ciúmes políticos. Não entendo bem essa situação, mas sabemos que o ambiente político é extremamente influenciado por interesses diversos. Temos vários deputados e pessoas interessadas em fazer esse hospital funcionar. Independentemente de ser uma associação política ou não, vejo que o senhor veio com

André de André de

Carli De Barros





boa intenção. Me coloco à disposição, assim como acredito que os colegas vereadores também, para apoiar essa iniciativa. Nosso presidente já conhece a associação e, na época dele, ela foi reconhecida como de utilidade pública. As informações que o senhor trouxe são, em parte, novidade para mim. Eu estava aguardando a conclusão do requerimento do vereador Renato para obter essas informações e analisá-las antes de comentar sobre o assunto. No entanto, estamos prestes a inaugurar um hospital sem captação de água, sem cisterna e sem placas solares. Isso não se trata apenas de economia, mas também de sustentabilidade e preservação do meio ambiente, que são questões muito atuais e relevantes. Obrigado, Senhor Presidente. Com a palavra o vereador Maneco: Gostaria de agradecer ao senhor José pela presença aqui hoje e dizer que tenho certeza de que a Câmara de Vereadores estará ao lado desse projeto. Digo de antemão, como vereador Maneco, o *Maneco da Saúde*, que jamais irei contra um projeto de tamanha importância. Parabens a vocês por esse trabalho, pois sempre digo que o trabalho voluntário é muito digno. Parabéns a todos. Podem ter certeza de que esta Casa de Leis, representada pelos vereadores eleitos, estará sempre ao lado de vocês. Pelo compromisso que temos com o nosso município, sabemos da relevância desse projeto e do impacto positivo que ele pode trazer. Agradeço também pelas explicações feitas hoje. Como disseram os vereadores Renato e Beato, as intenções desse projeto são extremamente válidas, e percebo que ele será muito benéfico para o nosso município. Aproveito para mandar um abraço especial para a comunidade da Linha Baitaca. Estive presente lá ontem e fui muito bem recebido. A carne estava especial, de primeira qualidade, e foi muito bom ver que, aos poucos, as festas no interior estão voltando. Contem sempre com o vereador Maneco. Uma ótima semana a todos e fiquem com Deus. Obrigado. Com a palavra o vereador André de Andrade: Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite, nobres vereadores, a todos que estão presentes nesta Casa de Leis e aos que nos acompanham ao vivo. Coloco-me à disposição de todos. O que precisarem de mim, podem contar comigo. Tudo o que for benéfico para o município será acolhido nesta Casa de Leis, pois sabemos da sua importância para a nossa população. Agradeço a presença de todos aqui hoje e convido para que compareçam mais vezes, acompanhando de perto o que discutimos e trabalhamos no dia a dia. Muito obrigado. Com a palavra o vereador Zanandrea: Obrigado, Senhor Presidente. Quero agradecer ao senhor José Guiraldi pela explicação que nos trouxe hoje e também pela sua disponibilidade. Este é um trabalho voluntário, um serviço dedicado à nossa comunidade, e isso merece reconhecimento. Parabens o senhor e toda a sua equipe por essa iniciativa, que certamente contribuirá muito para a nossa população. Coloco-me à disposição para ajudar no que for necessário, dentro das minhas possibilidades. Muito obrigado. Com a palavra o vereador Ozéias: Quero agradecer pela explicação e pela presença do senhor José Guiraldi. Acompanho a Associação desde 2017, logo quando foi fundada, e vi de perto a luta e a causa nobre que assumiram desde o início. Infelizmente, sentimos que, na época, a Associação não recebeu a devida importância que merecia. No entanto, a intenção de vocês sempre foi nobre, voltada para a saúde do nosso município, e os projetos apresentados aqui hoje são excelentes. São iniciativas que devem ser implementadas no hospital e em toda a área da saúde. Também quero agradecer ao pessoal da ACAMSOP, que esteve aqui para nos trazer mais informações sobre o assunto. Aproveito ainda para usar esta tribuna e mandar um feliz aniversário para minha esposa, que está completando mais um ano de vida hoje. Presidente, preciso fazer uma moral com ela, né? Então, teremos festa depois.

Arnaldo de Andrade

Arnaldo de Andrade





Além disso, estive ontem acompanhando os trabalhos no Loteamento Marino, onde está sendo instalada a rede de energia. Essa foi uma luta de longa data, e muitos, por vezes, desacreditaram que isso se tornaria realidade. Mas, ontem, vi que as estacas foram marcadas, e, possivelmente, nesta semana, a rede de energia começará a ser instalada, fruto de um trabalho intenso da comunidade. Desejo a todos uma excelente semana e que Deus abençoe a todos. Obrigado. Com a palavra a vereadora Maria Izabel: Quero agradecer a todos que estiveram presentes e, em especial, ao seu José pela postura admirável, não apenas como presidente de uma associação, mas também como pessoa. Falo isso com propriedade, pois tive a oportunidade de conhecê-lo um pouco mais de perto. Trabalhei um tempo na casa do seu José e posso afirmar que ele é uma pessoa admirável, assim como a dona Lúcia e toda a sua família. Inclusive, seu neto, que também esteve aqui representando o Rotary, faz parte desse legado de dedicação ao próximo. Quando visitamos o hospital, vimos a brinquedoteca, um espaço especialmente dedicado às crianças. Esse projeto foi uma iniciativa do Rotary e é de extrema importância. Todo o ambiente foi cuidadosamente pensado para ser um espaço sensorial, onde as crianças possam brincar e se sentir acolhidas. Sabemos que, infelizmente, pode haver casos de crianças internadas — algo que esperamos que não ocorra com frequência —, mas, caso aconteça, esse espaço será fundamental. Além disso, muitas mães que visitam o hospital terão um local apropriado para suas crianças. Achei essa iniciativa sensacional, pois é um projeto inteiramente voluntário, assim como será a pintura mencionada pelo seu José. Ações como essa demonstram uma sensibilidade enorme, tanto enquanto cidadãos quanto enquanto seres humanos. Espero que mais pessoas tenham esse mesmo espírito solidário, assim como o Rotary e a Associação Amigos da Saúde. Agradeço a todos que nos acompanham pelas redes sociais e reforço que esta Casa está sempre de portas abertas para que todos possam vir, acompanhar e debater conosco. Acho que era isso. Boa noite a todos e até a próxima. Com a palavra a vereadora Sônia: Boa noite, senhor presidente. Boa noite, colegas vereadores. Quero agradecer ao pessoal da ACAMSOP, que esteve aqui conosco e explanou sobre o trabalho que realizam. Também quero agradecer ao senhor José Guiraldi pela excelente explicação. Acredito que precisamos, sim, ter um olhar diferenciado para as crianças, especialmente para os autistas, que enfrentam dificuldades em ter um local adequado para atendimento. Da mesma forma, os idosos, que também são bastante vulneráveis, precisam de uma atenção especial. Muito obrigada pela sua explicação, senhor José. Pode contar comigo para o que for necessário. Esta Casa está à disposição para apoiar o seu trabalho. Agradeço também a todos que nos acompanham de casa. Fiquem todos com Deus. Com a palavra o vereador Bento: Quero agradecer mais uma vez ao pessoal de Francisco Beltrão, da Canope, e ao nosso vereador lá do Branco, que está aqui conosco. Também saúdo o presidente do Legislativo de Beltrão, o Sidão — tem que chamá-lo assim porque ele é meio pequeno — e os demais presentes. Senhor Guiraldi, estava prestando atenção quando o senhor falava, e pode ter certeza de que esses projetos, como o poço artesiano, a energia solar e as placas, podem ser discutidas com o Executivo. Se existe um homem que entende e valoriza as entidades, é ele. Sabemos que ele é um grande parceiro e faz um trabalho fantástico nesse sentido. Estamos aqui para apoiar. Esse é um projeto louvável, e acredito que vocês conseguirão desenvolvê-lo com sucesso e terão boas parcerias. O senhor pode ter certeza disso. Conhecemos o senhor há muitos anos, assim como o grande amigo Neto, presidente do Rotary. Quero destacar que é muito fácil trabalhar

Araldo de Araldo

Carla de Barros





com uma administração que abre as portas para as entidades. O Rotary já explicou o trabalho que está fazendo e eu estive lá conhecendo. É algo muito interessante, porque acredito que um município só se desenvolve quando as entidades e os munícipes se unem em prol do bem comum, pensando no desenvolvimento da cidade e da população. No mais, quero apenas agradecer a todos e desejar uma boa semana. Que Deus abençoe a todos. Com a palavra o vereador Kabinho: Quero agradecer ao senhor Guiraldi pela explanação e dizer que somos parceiros no que for necessário. Estamos à disposição. Também agradeço a presença do pessoal da ACAMSOP e dos vereadores. Sejam sempre bem-vindos a esta Casa de Leis, que estará de braços abertos para recebê-los. Quero também comunicar a todos sobre um evento importante que acontecerá na quarta-feira. O Poder Legislativo, em parceria com o Poder Executivo e com a presença da diretora da 8ª Regional de Saúde de Francisco Beltrão, convida a todos para uma reunião essencial. O encontro será realizado no dia 12 de fevereiro, quarta-feira, às 19h, no auditório da ACIAR. O objetivo da reunião é esclarecer à população como ocorrerá a implantação do Hospital Municipal Nossa Senhora Aparecida Dr. Eunidio Maximiliano. Convidamos todos a participarem desse momento, onde discutiremos a vocação do hospital, como será seu funcionamento e implantação, quais serão as regras, o tempo de atendimento e as exigências da 8ª Regional. Todas essas informações serão apresentadas para que a população tenha pleno conhecimento sobre o assunto. Para quem não puder comparecer presencialmente, a reunião será transmitida pelas redes sociais da Câmara. Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a sessão. Agradeço a todos os vereadores e demais presentes. Muito obrigado.

Arnaldo de Andrade

Arnaldo de Barros

602670



CAMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES
PODER LEGISLATIVO

JOSÉ ALAIR DOS SANTOS
CPF: 546.171.039-53
PRESIDENTE

JOÃO BENTO EMILIANO
CPF: 575.072.879-04
VICE-PRESIDENTE

SÔNIA LOBLEIN MACHADO
CPF: 790.895.509-68
SEGUNDA SECRETÁRIA

ANDRÉ EDUARDO KNOP DE ANDRADE
CPF: 119.771.229-14
VEREADOR

ANDRÉ NAPIWOSKI FIGUEIRA DE BARROS
CPF: 052.604.899-93
VEREADOR

EDILBERTO ZANANDREA
CPF: 414.004.535-34
VEREADOR

MARCOS ANTÔNIO BEATO JUNIOR
CPF: 931.139.789-04
VEREADOR

MÁRIA ISABEL PEDRON TONELLO
CPF: 114.628.899-99
VEREADORA

OZÉIAS DE OLIVEIRA
CPF: 040.954.709-33
VEREADOR

RENATO FIGUEIRA
CPF: 075.975.169-24
VEREADOR